

MOVIMENTOS SOCIAIS EM EDUCAÇÃO SEXUAL -

Gênero e LGBTQIA+

Claudionor Renato da Silva

Universidade Federal de Jataí

<https://orcid.org/0000-0003-1693-4804>

RESUMO:

Movimentos Sociais Educativos em Gênero e Sexualidade (MSEGS) tornaram-se cada vez mais visíveis e politicamente mais organizados, nos últimos anos, no Brasil. Com os MSEGS, desde a década de 1970, se assiste a elaboração e execução de políticas de transformação social, ainda que com avanços e retrocessos, conquistas e tensões. Com esse objeto em pauta, nesta investigação, se objetiva, de forma geral, delinear um histórico desses movimentos e os impactos na sociedade e, principalmente na escola, com uma educação para diversidade em gênero e sexualidade visando a formação de professores/as e de educadores/as sexuais. Com a metodologia do marco teórico, na forma de ensaio, a resposta para a problemática é dada ao indicar a necessidade de destaque do histórico destes movimentos e a necessidade de maior divulgação e publicização das conquistas políticas para os coletivos sociais aqui em destaque: coletivo feminista e coletivo LGBTQIA+; soma-se a estes fatores a motivação aos MSEGS para uma mudança cultural social para a diversidade, este, ainda um longo caminho a percorrer o que gera um grande desafio à educação, à educação sexual.

PALAVRAS-CHAVE: Movimentos Sociais Educativos em Gênero e Sexualidade. Formação Docente. Educação Sexual.

SOCIAL MOVEMENTS IN SEX EDUCATION - Gender and LGBTQIA+

Abstract:

Educational Social Movements in Gender and Sexuality (ESMGS) have become increasingly visible and politically more organized in Brazil in recent years. Since the 1970s, the MSEGS have been developing and implementing policies for social transformation, albeit with advances and setbacks, achievements and tensions. With this object in mind, this research aims, in general, to outline a history of these movements and their impacts on society and, mainly, on schools, with an education for diversity in gender and sexuality aimed at training teachers and sex educators. Using the methodology of the theoretical framework, in the form of an essay, the answer to the problem is given by indicating the need to highlight the history of these movements and the need for greater dissemination and publicity of the political achievements for the social collectives highlighted here: feminist collective and LGBTQIA+ collective; Added to these factors is the motivation for the ESMGS to make a social cultural change towards diversity, which is still a long way to go and poses a great challenge to education and sexual education.

Keywords: Educational Social Movements in Gender and Sexuality. Teacher Training. Sex Education.

MOVIMIENTOS SOCIALES EN LA EDUCACIÓN SEXUAL -

Género y LGBTQIA+

Resumen:

Los Movimientos Sociales Educativos en Género y Sexualidad (MSEGS) se han vuelto cada vez más visibles y políticamente más organizados en los últimos años en Brasil. Con los MSEGS, desde la década de 1970, hemos visto el desarrollo e implementación de políticas de

transformación social, aunque con avances y retrocesos, logros y tensiones. Con este objeto en mente, esta investigación pretende, en general, trazar una historia de estos movimientos y sus impactos en la sociedad y, principalmente, en la escuela, con una educación para la diversidad de género y sexualidad dirigida a la formación de docentes y educadores sexuales. Con la metodología del marco teórico, en forma de ensayo, se da la respuesta al problema indicando la necesidad de visibilizar la historia de estos movimientos y la necesidad de una mayor difusión y publicidad de los logros políticos de los colectivos sociales aquí destacados: colectivo feminista y colectivo LGBTQIA+; A estos factores se suma la motivación del MSEGs de realizar un cambio sociocultural hacia la diversidad, lo cual aún es un largo camino por recorrer y supone un gran reto para la educación y la educación sexual.

Palabras-clave: Los Movimientos Sociales Educativos en Género y Sexualidad. Formación de profesores. Educación sexual.

1 INTRODUÇÃO

Esse presente estudo sobre movimentos sociais educativos no Brasil, envolvidos com o tema das sexualidades e, em como esses movimentos corroboram para uma formação docente e de educadores sexuais para os espaços escolares e não escolares (nos movimentos sociais, nos partidos políticos, nas organizações sociais, associações de bairros etc.).

A problemática desta investigação: qual o histórico dos movimentos sociais no Brasil, em prol da Educação Sexual, nos temas gênero e sexualidade, especialmente voltados para mulheres e pessoas LGBTQIA+?

Se objetiva, de forma geral, delinear um histórico desses movimentos e os impactos na sociedade e, principalmente, na escola, com uma educação para diversidade em gênero e sexualidade visando a formação de professores/as e de educadores/as sexuais. Especificamente, se delinea os movimentos sociais em gênero (mulheres) e os movimentos sociais das pessoas LGBTQIA+.

2 MÉTODO

O exercício intelectual e investigativo deste texto segue a metodologia de marco teórico (Sampieri; Collado; Lúcio, 2006), numa proposta de ensaio discursivo, para refletir sobre os movimentos sociais em educação sexual, em seus aspectos históricos e impactos, construindo um enfoque na sexualidade, para o contexto brasileiro, na busca também de uma contribuição no tocante à formação de professores(as) e educadores(as) sexuais.

A construção dos argumentos estão às voltas com a escolha do pesquisador/a em textos (capítulos de livros, livros, artigos) que refletem sobre

a história e o conceito(s) em movimentos sociais educativos, Educação Sexual, gênero (mulheres) e LGBTQIA+; consultas em sites dos movimentos sociais dos públicos em destaque também foram acessados visto que as produções relativas ao tema em questão ainda são de pouca visibilidade na área da Educação Sexual e que envolve além dos movimentos sociais, partidos políticos e Organizações Sociais.

A resposta para a problemática é dada ao indicar a necessidade de destaque do histórico destes movimentos e a necessidade de maior divulgação e publicização das conquistas políticas para os coletivos sociais aqui em destaque: coletivo feminista e coletivo LGBTQIA+; soma-se a estes fatores a motivação aos MSEGs para uma mudança cultural social para a diversidade, este, ainda um longo caminho a percorrer o que gera um grande desafio à educação, à educação sexual, em especial, na construção de um programa de pesquisa em Educação Sexual sobre esses coletivos, no âmbito dos movimentos sociais e seu fortalecimento como ação política e participativa em Estados Democráticos de Direito no Brasil. Em tempos de ameaças democráticas como as do 8 de janeiro de 2023 toda produção que fortaleça a Democracia em nosso país, devem ser declamadas e defendidas.

3 CONCEITO DE MOVIMENTOS SOCIAIS EDUCATIVOS

O referencial sobre o tema segue a obra de Maria da Glória Gohn e outros/as autores/as, por exemplo, da área dos estudos nacionais em educação sexual, gênero e sexualidade, nomes/obras, como Jimena Furlani e Mary Neide Figueiró; organiza duas seções sobre o feminismo e o movimento LGBT (Coletivo LGBT Sem Terra) na seção dos resultados e discussão, ao identificar movimentos sociais educativos em gênero e sexualidade (MSEGs), que visam a formação docente em educação sexual e a formação/atuação de educadores sexuais ou militantes políticos em partidos políticos ou outro(s) movimento e também nas organizações sociais ou também chamadas organizações não governamentais, as ONG, ou ainda, o terceiro setor. Será utilizado LGBT para fins deste artigo, diante da multiplicidade de siglas existentes que se forjaram a partir dessa sigla inicial no século XX. Contudo, não se quer dizer que se não

são consideradas as atuais denominações de diversidades, ao contrário, se aceitam e se consideram todas, a partir dessa “sigla gênese”. Sobre esse histórico, o da evolução da sigla LGBT, considerar Facchini e França (2009).

O Quadro a seguir, sintetiza o desenvolvimento histórico e político dos movimentos sociais educacionais no Brasil, com base em Gohn (1997, 2012, 2014).

Quadro 1 – Síntese do desenvolvimento histórico dos movimentos sociais educacionais no Brasil

Década	Característica Geral
1970	Surgem, no formato ou concepção de “sujeitos sociais”.
1980	Lutam pela democracia. Caráter sócio-político dos movimentos. Há militantes.
1990	Novos sujeitos sociais via ONG; resultante importante do período: a nova LDB.
2000	Crescimento do Associativismo Civil em projetos sociais em parcerias governamentais.
2010	Crises mundiais e nacionais levam a novos formatos dos Movimentos Sociais Educacionais: marchas e ocupações (“Occupy”). Ativistas, não militantes.

Fonte: elaborado na pesquisa.

O Quadro 2, apresenta o que a autora chama de pedagogias, pedagogias desenvolvidas nos movimentos sociais educacionais, da década de 1970 à atualidade. Contudo, pedagogias precisam ser ressignificadas e, talvez, trocada por outro termo dado que a pedagogia é uma ciência da educação, uma área epistemológica e não apenas praxiológica ou, simplesmente, prática.

Quadro 2 – Pedagogias desenvolvidas nos movimentos sociais dos anos 1970/1980 e pós-anos 2000/atualidade

1970/80 Militantes Classes Populares	Após os anos 2000/atualidade Ativistas Classe média
Sociodrama Teatro de Comédias e Pantomimas Jogos de Papeis Dinâmicas Grupais Produção de audiovisuais Vídeos populares Cartazes, cartilhas Leituras coletivas de textos	Manifestações, Marchas e Ocupações (“Occupy”) com pedagogias: - Métodos Focais - Participação em oficinas - Redes cooperativas de geração de renda - Cursos de curta duração - Viagens e participação em conferências e fóruns

Fonte: elaborado na pesquisa.

Cabe destacar na segunda coluna do Quadro 2 que manifestações são o destaque dos movimentos sociais em gênero e sexualidade, desde os anos 2000, e se pode citar, por exemplo, o orgulho gay, a marcha das vadias, para citar apenas alguns outros movimentos de abrangência nacional, com influências ou não de movimentos internacionais, mais amplos.

No histórico predominam militantes envolvidos/as nas temáticas sócio-políticas advindas dos sindicatos, sobretudo e, organizações, principalmente, partidárias, com forte teor de concepções e ideologias – a antropologia construtivista de Clifford Geertz é fundamental para o entendimento das ideologias e a função política no viés cultural; uma indicação de aprofundamentos de leituras.

Diferentemente, nos anos 2000, em diante, vale destacar as ocupações (*Occupy*, segundo Gohn, 2014) ocorridas entre os anos de 2015 e 2016, tanto em escolas de ensino médio, quanto nas universidades, conduzidas, direta ou indiretamente, por estudantes.

Sobre os novos atores dos movimentos sociais, após os anos 2000, Gohn (2014, p. 54), afirma: “[...] destacam-se os movimentos Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transsexuais, Transgêneros e Simpatizantes (LGBTTS), em diferentes formatos e combinações.

Para um aprofundamento nos estudos antropológicos sobre sexualidade e suas interfaces com a cultura, indica-se para reflexão as obras de Almeida (2003) e Vance (1995). O que se pode afirmar é que, após anos 2000, os movimentos relativos ao gênero e à sexualidade, relativas à diversidade sexual se capilarizou em todas as demais frentes de lutas dos movimentos sociais. Um exemplo: o movimento Coletivo LGBT Sem Terra, como apresentado por Mariano et al., 2021 e HILÁRIO et al. (2022).

Vale a consideração do movimento de mulheres em cooperativas solidárias e o tema da juventude e o projeto(s) de vida (P.V) - o P.V tornou-se, parte integrante do currículo da Educação Básica no Novo Ensino Médio: Lei n.º 13.415/2017. E a lista é grande, incluindo o movimento de caminhoneiros que, no ano de 2018 mostrou muito da sua força diante do Estado.

Todos estes importantes demarcadores de lutas tiveram um efeito direto no campo da educação e, de alguma forma, nasceram da formação educativa não-formal. Como exemplo de impactos podem ser citados as diretrizes curriculares nacionais para direitos humanos, educação para paz, educação das relações étnico-raciais, na lei 10.639/03, alterada para a 11.645/08. Mas, contudo, no campo da educação sexual, ou ainda, da diversidade sexual, desde os extintos e obsoletos parâmetros curriculares nacionais (PCN), especialmente, os temas transversais, dos anos 1990. Essa luta e resistência em educação sexual ficou diluída nas diretrizes em direitos humanos. Alguns avanços foram dados com programas de formação de professores, do governo federal, como o Gênero e Diversidade na Escola (GDE), mas, nenhum avanço significativo no currículo, a não ser a permanente observação e enfrentamento aos movimentos sociais e à produção acadêmica, além de forte presença política e divulgações em mídias, em denúncias, sobretudo, contra a violência a pessoas LGBT. Contudo, uma esperança está posta na atual diretriz federal para os cursos de licenciaturas com o Parecer CNE/CP nº 4/2024, do Conselho Pleno do Conselho Nacional de Educação: há uma referência direta à educação para a diversidade: a palavra gênero, aparece oito vezes; sexual, três vezes.

4 MOVIMENTOS SOCIAIS, CIDADANIA E O CARÁTER EDUCATIVO

4.1 Antecedentes históricos dos movimentos sociais

Um elemento chave que une os movimentos sociais e a educação é a cidadania. Cidadania, no liberalismo traz a ideia de direitos (direitos individuais e coletivos) e expande para a questão do poder repartido entre executivo, legislativo e judiciário (direitos da nação). O cidadão estava contemplado como aquele sujeito político burguês. Diderot defendia que o cidadão era aquele que tinha a propriedade. Então, só os proprietários tinham “direito” à liberdade e à plena cidadania. No caso, os burgueses.

Para Locke, a classe não burguesa, por trabalhar com as mãos era incapaz de pensar, logo, não podiam ser cidadãos e agir com racionalidade política. Assim, a educação cidadã não seria aplicável à classe trabalhadora. A

igualdade teria seu limite, justamente aí e, então, a desigualdade se daria no campo cidadão ou dos direitos políticos.

No século XVIII começa uma nova visão sobre o que são e quem são os cidadãos, como classe popular e sujeitos de direitos. Cidadania passou a ser uma questão de educação. E, pelo lado político, consolidado o capitalismo, o interesse do Estado era controlar as massas pelo sistema educacional. E, para Adam Smith, a divisão do trabalho exige uma preparação/formação educacional: uma formação básica para os trabalhadores (não burgueses); uma formação superior, para a classe média alta - burgueses. Tratava-se de uma proposta de um cidadão passivo e não-político, e a visão de uma educação para o mercado de trabalho. É a continuação da decadência do sentido original de cidadania, de cidadão.

O século XIX marca uma nova visão de cidadania: inclui as massas, as pessoas, mas, permanece, essa massa, controlada e mantida pelo Estado, visando a ordem e “[...] a prática pedagógica enfatiza as estratégias de persuasão, esclarecimento e moralização de cada futuro cidadão (Gohn, 2012, p.18)”.

Nestes movimentos, a educação é incorporada, de forma que se pode dizer que se trata de movimentos educativos que permitem não estarem mais escondidos, velados, os debates sobre gênero e sexualidade. Parte-se da premissa que a cidadania se constrói como processo, processo interno, na forma de prática social, desta forma, se tem a essência da cidadania coletiva que, “[...] é constituidora de novos sujeitos históricos: as massas urbanas espoliadas e as camadas médias expropriadas. A cidadania coletiva se constrói no cotidiano através do processo de identidade político-cultural que as lutas cotidianas geram (Gohn, 2012, p.21)”.

Sobre o cotidiano, espaço e lugar das lutas dos movimentos sociais educativos, se imprime a obra de Peter Berger e Thomas Luckman (A construção social da realidade) sobre a sociologia do conhecimento e as definições do que vêm a ser a vida cotidiana num olhar sociológico; esses autores descortinam, como a teoria sociológica do cotidiano, na demarcação do objeto torna possível todo tipo de conhecimento, na base da realidade objetiva, a realidade do homem

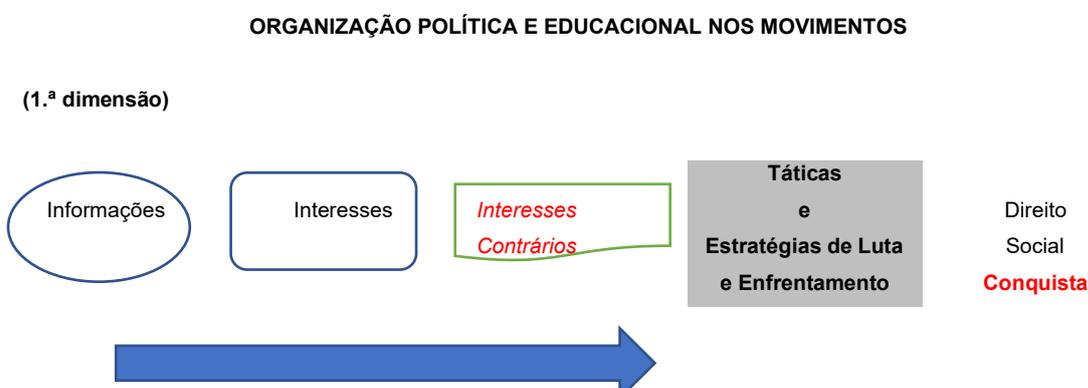
(humanidade, humano) da rua ou a realidade do filósofo/a, na atenção para as especificidades o que gera e constitui as sociedades e essa é a base para um movimento social (educativo) legítimo, orgânico, dinâmico e transformador da realidade opressora em uma realidade do bem viver.

4.2 O caráter educativo dos movimentos sociais

Ao discorrer sobre os movimentos sociais educativos e o seu caráter educativo se está no campo de espaços fora da escola, fora da sala de aula, assim como se discute na teoria da Educação Popular de Carlos Rodrigues Brandão, é o espaço da rua, da praça, do passeio observador do filósofo/a e do sociólogo/a – e porque não do pedagogo/a?

O caráter educativo dos movimentos sociais se organiza primeiro, numa proposta de organização política – 1ª dimensão. Logo, se está diante de um novo universo, não é um universo conteudista e de requisitos a cumprir para se passar a outro nível, etapa ou série. Trata-se de uma organização (política) para tomada de consciência, tomada de decisões. É uma construção que se inicia com informações, dados confiáveis e verdadeiros. Segue-se também para o interesse de pessoas profissionais que se identificam nas informações partilhadas. Há também os interesses contrários ou opostos ao movimento, que se apresenta extremamente importante no processo. A metodologia educativa, nesta dimensão de organização política está apresentada na Figura a seguir.

FIGURA 1 – Estrutura dos movimentos sociais educacionais



Fonte: elaborado na pesquisa com base em Gohn (2012).

A outra dimensão é a dimensão da cultura política. Trata-se do viés do acúmulo de experiência. O histórico de opressão do povo negro, por exemplo, contribui para a construção desta dimensão de cultura política, ao se refletir sobre as Ações Afirmativas para negros(as) na educação. Reitera-se que os estudos LGBT, também os estudos feministas, no interior das temáticas dos movimentos antirracistas, constituem-se em um universo de produção e de lutas, com muitas conquistas históricas.

Apoiando-se em Edward Thompson, Gohn afirma: “A fusão do passado com o presente transforma-se força social coletiva organizada (Gohn, 2012, p.23)”.

Nesse processo de fusão é que se aprende e, portanto, se faz educação, se faz educação de caráter de movimento social. Aprende-se: a decodificar o porquê das restrições e proibições; a acreditar no poder da fala e das ideias; a calar-se frente a situações adversas e, a criar códigos para solidificar o movimento (músicas, gritos de guerra, folhetins etc.).

Finalmente, vale assinalar que a dimensão da cultura política distingue o que é educativo e o que é pedagógico, nos movimentos sociais, movimentos esses que são, sempre, movimentos de construção coletiva e participativa. Explicando: educativo(s) são os processos, as formas, as dimensões seguidas. Pedagógico são os instrumentos utilizados no processo. Essa distinção é fundamental para a dimensão cultural política dos movimentos.

A última dimensão é a espacial-temporal. Foi bem explorada na obra de Carlos Rodrigues Brandão e Raiane Assumpção, “Cultura Rebelde”. “Esta dimensão possibilita uma grande articulação entre o chamado saber popular e o saber científico, técnico, codificado (Gohn, 2012, p.25)”.

Neste assunto a presença nos espaços públicos é uma questão importante e fundamental: os movimentos sociais se dão na rua, nas praças, nos espaços livres o que leva para uma consideração ainda que breve sobre as principais formas de organização popular no Brasil

As formas de organização popular no Brasil se dão de três formas pensadas a partir da natureza das respectivas demandas: sociedade amigos de bairro, associações de favelas e movimentos por moradia. Será necessário

novas pesquisas, atualizando, para o contexto atual, as diversas formas atuais de movimentos sociais, incluindo os movimentos digitais, por exemplo, de defesa dos animais, muito comuns (Gohn, 2012).

No texto de Maria da Glória Gohn (Gohn, 2012; 2014), a única presença do termo educação ou educacional é que todos esses três movimentos citados têm como base a consciência de classe que busca na história, a forma ou as formas de se estruturar estratégias para reivindicar direitos sociais.

No desafio de localizar o caráter educativo e as práticas pedagógicas presentes, o fato é que estes movimentos apresentados por Gohn (2014) tiveram muito êxito em suas respectivas lutas. Forjaram a base de todos os movimentos sociais em sexualidade, sobretudo, LGBT, a começar com o movimento da homossexualidade masculina (gays) e o feminismo.

Gohn (2012) retoma a teoria da educação popular (estudiosos da área da educação) e os estudos sobre os movimentos sociais populares urbanos (estudiosos da área da Sociologia), ambos com o mesmo objeto.

O auge da educação popular é o início dos estudos da sociologia sobre os movimentos sociais populares urbanos, portanto, algo que se pode considerar, muito recente nos estudos brasileiros, em especial, nos estudos sobre a educação sexual, considerando os espaços das lutas políticas e da militância em gênero e sexualidade: os estudos da homossexualidade masculina, feminismo, pessoas ou populações LGBT, sexualidade de pessoas com deficiência etc.

Outra observação: no auge dos estudos dos movimentos declina a educação popular. Desta apresentação mais geral, a autora, vai apresentar o lugar educacional nos movimentos e, desta forma, se busca explicitar a partir daqui este lugar, o lugar da(s) dinâmica(s) dos MSEGs para se voltar à formação de professores (obra sobre Educação Sexual, de Jimena Furlani) e para a formação de educadores/as sexuais, segundo Mary Neide Figueiró.

Os tópicos, de forma sintética, são apresentados por Maria da Glória Gohn como: o desenvolvimento autônomo da literatura sobre educação popular e movimento social popular urbano; a produção das ciências sociais no Brasil no período dos programas sobre educação popular; o caráter educativo dos

movimentos populares propriamente ditos. as formas de manifestação do caráter educativo que a prática nos movimentos populares, pode, eventualmente, gerar.

No tópico sobre a literatura sobre a educação popular, cabe se destacar, Carlos Rodrigues Brandão e o conjunto de conjunto de sua obra e pensamento; é preciso, pois dizer, que a educação popular, da forma como se processa hoje, é muito diferente da fase inicial, anos 1960, com Paulo Freire. O texto não é muito explícito e aprofundado neste tópico e, neste caso, aqui está uma nova indicação da necessidade de uma visão mais educacional da educação popular e, como ela desaparece, mas, que mantém ainda viva, algumas questões e problemáticas de pesquisa, ainda que em menor grau de intensidade.

Na literatura sociológica, Gohn (2012) aponta alguns pioneiros que vieram um pouco antes do auge da educação popular (ou seja, entre os anos 1940/1950) como Fernando Azevedo, Gilberto Freire, Caio Prado. Mais para o fim deste período, Florestan Fernandes, Octávio Ianni, Maria Isaura Pereira de Queirós, Antonio Candido, dentre outros.

No período exato do auge da educação popular, anos 1960, os autores sociólogos(as) tiveram influência francesa, sobretudo Alain Touraine. Têm-se, entre os brasileiros que estudaram a partir da vertente francesa Fernando Henrique Cardoso, Leoncio Martins Rodrigues, Paul Singer e os já citados Florestan Fernandes e Octavio Ianni. No âmbito da crítica à Educação Popular, ocorrida na década de 1970 estão Rui Beiseguel, Carlos Rodrigues Brandão, Aída Bezerra. O livro de Gohn (1997) permite uma atualização e aprofundamentos sobre esta fase que ela denomina de “análise sociológica” dos movimentos sociais, como um todo, e dentro deste todo, a Educação Popular.

O caráter educativo ou a educação no interior dos movimentos sociais é dado pela máxima: “Nos movimentos sociais a educação é autoconstruída no processo e o educativo surge de diferentes fontes [...] (p. 56)”.

Essa máxima reforça o aspecto dos processos educativos não formais que caracterizam tanto a educação popular como também os movimentos sociais educacionais, ou o caráter educativo no interior dos movimentos sociais.

Gohn destaca cinco características desta autoconstrução (da própria Educação) e os diversos horizontes metodológicos ou as formas diversas em

que a educação se estabelece nos movimentos sociais: exercício da experiência, junto ao contato com o poder, ou, com quem está no poder, como critério de aprendizagem; aprendizagem marcada pela rotina, o dia a dia (a vida cotidiana, segundo Peter Berger e Thomas Luckmann); uma aprendizagem atenta às diferenças e, neste caso, à criticidade inerente à estas diferenças existentes na sociedade; uma aprendizagem de relação dialógica com assessorias dos movimentos. No caso da Educação Popular, eram os “eruditos”, mediadores das relações que colocavam em relevância os saberes “populares”; uma aprendizagem, nos dizeres de Carlos Rodrigues Brandão e Raiane Assunção, rebelde ou uma cultura rebelde, que caracteriza a Educação Popular.

Esse é o saber que oriundo das classes populares junto aos movimentos traz a mudança da realidade vivida, sempre, construídas, coletivamente.

No último item das cinco características da autoconstrução da Educação Popular, as formas de manifestação educativa nos movimentos sociais são as mais diversas e, sempre são, do salto de uma consciência individual para uma consciência coletiva, marcadas pela luta (pressão sobre “os do poder”) e resistência. Isso se viu nas Diretas Já, por exemplo, nos anos 1980.

Gohn se posiciona sobre a questão do “retorno necessário”, qual seja, retomada do alinhamento de pensamentos e pesquisas, de educadores e sociólogos, com relação à Educação Popular e os Movimentos Sociais, na atualidade política e social com regressos nos direitos e nas leis que impedem, por exemplo, investimentos em várias áreas, como a educação, bem como, nas ciências e tecnologia e, no tema deste texto, a realidade dos movimentos sociais em sexualidade, de forma, ampla.

Os movimentos sociais ressurgem, bem como, os partidos políticos, a universidade; na universidade, desde 2016 surgem, por exemplo, cursos sobre o Golpe; várias organizações sindicais, organizações estudantis promovem eventos em todo o Brasil, algo que se avoluma, a partir de 2019, discutindo democracia, política etc., com forte presença dos jovens. Atualmente, contra os ataques às urnas eletrônicas, as diversas “Cartas a favor da Democracia e do Estado de Direito”, são os maiores exemplos. Mas, o que é curioso, é que muitos movimentos sociais são de apoio a questões delicadas como retomada e defesa

da ditadura, algo que é proibido pela Constituição; movimentos para o fechamento do Supremo Tribunal Federal (STF), difusão de *fake News*, ameaças à juízes do STF, enfim. Os movimentos que outrora lutavam sob uma bandeira de “esquerda”, atualmente, assumem defesas de “direita exagerada”, incluindo, aglomerações em frente a quartéis gerais e desfile de blindados das Forças Armadas. Enfim, algumas cenas assustadoras para o contexto de tantos outros problemas que o país precisa enfrentar e resolver.

A ênfase dada pela autora é um reencontro e reconciliação dos Movimentos Sociais com a Educação Popular. Eu inverteria a ordem, por ser da educação: um retorno da Educação aos estudos e atualidades dos Movimentos Sociais, que não se restrinjam aos espaços urbanos, mas que estabeleçam raízes na realidade dos espaços rurais, nos territórios indígenas, de assentamentos, de quilombos etc., que, de alguma maneira, mantiveram firmes a bandeira da Reforma Agrária e o fim das mortes indígenas, por disputas de terras com fazendeiros(as).

Nesse período há o destaque da Educação contra discriminações relativas ao tema gênero e sexualidade. A partir dos anos 2000 cresce a presença dos movimentos sociais LGBT – como foi amplamente conhecido, a partir de então, conforme Facchini e França (2009).

5 IDENTIFICAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS EDUCATIVOS EM GÊNERO E SEXUALIDADE

Essa breve macro subseção dará destaque aos movimentos feministas e LGBT, de forma ampla e com indicação de referenciais que destacam o construto teórico em Gohn (2012), sempre com o direcionamento de se ter em pensamento e reflexão os movimentos sociais educativos em sexualidade. Para complementariedade se indica a leitura da obra de Lopes; Heredia (2014).

O destaque para os movimentos feministas e LGBT são apenas uma escolha do estudo em realce; uma abrangência maior e detalhes dos diferentes movimentos e suas territorialidades tanto políticas quanto de demandas como movimentos são tarefas a serem construídas pelos pesquisadores e pesquisadoras da educação sexual, militantes ou não. O destaque para esses

dois importantes movimentos em sexualidade, encontra ainda a separação didática e discursiva e como aponta Facchini; Carmo; Lima (2020): “[...] indicam aí a emergência das “versões contemporâneas” dos movimentos analisados (Facchini; Carmo; Lima, 2020, p.3)”.

Da mesma forma escolher um referencial e não utilizar outro está longe de ser preferência ou descarte, ao contrário, é a própria dificuldade de encontrar textos sobre movimentos sociais em sexualidade, bem como, a dificuldade de se construir um escopo completo, abrangente e total, sobre o tema e, isso, tanto no nível nacional, quanto internacional.

Com isso em mente seguem duas micro seções, uma para o movimento feminista outra para o movimento LGBT, na busca de contribuições para a formação docente em Educação Sexual para os espaços escolares e não escolares.

5.1 Movimentos feministas

Discorrer sobre o movimento social das e para as mulheres, por emancipação, contra a violência, contra os disparates salariais em relação aos homens etc., sobre a conquista de direitos em meio ao patriarcado, historicamente, construído no Brasil, nas obras de Heleieth Saffioti, Maria Amélia Teles e Dominique Fougeyrollas-Schwebel (Fougeyrollas-Schwebel, 2009); é um exercício intelectual de muito fôlego e espaço de escrita, para além de um capítulo de e-book, sem contar as várias facetas deste movimento “no plural” como afirmou Holanda (2018); é um difícil “trabalho” esse, de falar dos movimentos feministas na Educação Sexual, que engloba falar das mulheres negras, das mulheres indígenas, das mulheres trans, das mulheres deficientes; pensamento marxista, decolonial, *queer* etc. Trata-se de uma luta, desde a colônia e, somente, em passos muito lentos, já no Império, as mulheres conquistam um pequeno acesso ao direito à educação, mas sob muita resistência e controle masculino; o voto, apenas no século XX.

Mas um ponto é inflexional e irredutível, a busca, em comum, destes movimentos no reconhecimento da situação de opressão histórica das mulheres, diante do machismo dos homens, expressos pela violência, organizando uma

sociedade de poder do macho como afirmou Heleieth Saffioti e Pierre Bourdieu em “A dominação masculina”.

A organização das mulheres no Brasil se inicia nos anos 1970. Mulheres da classe média, geralmente, conquistando níveis de escolarização em pós-graduação na área das ciências humanas e sociais que, ao retornarem ao Brasil, iniciam, em especial, em São Paulo e Rio de Janeiro, movimentos e mobilização de mulheres contra as desigualdades presentes no país (Pinto, 2003).

No interior dos movimentos vale uma máxima adquirida do referencial de Gohn: todo movimento possui suas divergências e convergências, sejam de posicionamentos, sejam até de seus processos históricos. Isso vai acontecer no movimento plural feminista, vai acontecer no movimento LGBT, assim como nos demais movimentos como o movimento negro etc.

Para além da demanda sobre desigualdades na relação de poder, por exemplo, representação política, algo mais recente nos movimentos plurais feministas é o advogar do direito sobre seus corpos (direitos reprodutivos e sexualidades), a igualdade salarial, a exploração no trabalho; mais, recentemente, o *empowerment*, como proposto por autoras como Joice Berth.

De todas as demandas históricas, atualmente, a questão da violência e do feminicídio, a presença de mulheres na política são pontos importantes dos movimentos feministas e estão ligados ao aspecto da sexualidade e que remetem aos estudos de gênero.

Resta o desafio, qual seja, o de analisar, os movimentos dentro do movimento para identificar os elementos de constituição apontados por Gohn (2012), levando em consideração os diversos feminismos que incluem, agora, as mulheres trans.

5.2 Movimentos LGBT

O movimento LGBT, já comentado anteriormente, de forma breve, nos trabalhos de Mariano et al., 2021 e Hilário et al. (2022), toma força e forma nos anos 1970 no Brasil e tem seu espaço de movimento em bares e espaços privados, como clubes, das grandes capitais; geralmente, espaços reservados. A literatura aponta que, pelo menos, desde os anos 1950 a aparição reservada

de lésbicas, gays já eram muito recorrentes no país (Santos, 2007; Facchini; Simões, 2009; Green, 2018).

Para identificar um movimento dentro dos movimentos, cita-se aqui

O grupo SOMOS – Grupo de Afirmação Homossexual surge no ano de 1978, marcando o início da luta política dos homossexuais na cidade de São Paulo. O interesse era propor um modelo igualitário sobre a identidade sexual, reivindicando seus direitos, politizando a homossexualidade e rompendo as barreiras da marginalização [...]. (Fonseca; Ribeiro, 2020, p. 94743).

Um ano depois, em 1979, as mulheres passam a agregar-se aos SOMOS, segundo Fernandes (2018). Criaram o

[...] subgrupo Lésbico-Feminista (LF), para acolher sua própria identidade sexual, responder questionamentos do público homossexual feminino, produzir conteúdos referentes às lésbicas e movimentações políticas, falar sobre machismo e feminismo e discutir propostas de sociabilidade lésbica em São Paulo (Fonseca; Ribeiro, 2020, p. 94745).

A informação da produção de conteúdos sobre as relações homoafetivas entre mulheres chama a atenção nesse histórico dos movimentos, no caso, o SOMOS, como potenciais *locus* de investigações em Educação Sexual, contribuindo para a formação docente e de educadores sexuais na temática LGBT, em particular, sobre as lésbicas.

Como nos indica Gohn (1997), a era do neoliberalismo e das ONG, já no começo dos anos 1980, mas se intensificando nos anos 1990, apresenta uma demarcação do afastamento de lideranças das comunidades e das frentes dos movimentos para os espaços político-partidários. Entendia-se naquele momento que a representação política “resolvesse” os impasses e liberasse políticas, recursos e verbas, o que não aconteceu, enfraquecendo, duplamente as ações dos movimentos: primeiro, enfraquecendo-os e, ao mesmo tempo, mostrando um Estado “bom”, braço da sociedade, junto às ONG.

Temos que, “A década de 1990 assistiu a uma intensa formação de ONG [...]. Assim como no movimento feminista e no LGBT, diversos integrantes

dessas organizações passaram a compor conselhos de políticas públicas. (Facchini; Carmo; Lima, 2020, p.7)”.

Contudo, segundo Facchini; Carmo; Lima (2020) é, somente em 2008 que ocorre um marco para o movimento, a realização da I Conferência Nacional de Políticas para LGBT; dessa conferência, os movimentos se articulam, como um todo, para recortes lésbicos, raciais, de deficiência, MST etc.

Seguem à I Conferência, as Paradas do Orgulho. Políticas começam a ser implantadas na federação, nos estados e municípios, de maneira articulada.

Os movimentos LGBT alcançaram importante conquista no final da primeira década dos anos 2000, como o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (PNDCDH-LGBT) de 2009 e outros programas voltados para esse público de direitos como o Programa Brasil Sem Homofobia. O PNDCDH-LGBT foi uma ação coordenada pela extinta Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República.

Sobre o PNDCDH-LGBT:

Resultado da 1ª Conferência Nacional GLBT, ocorrida em Brasília entre 5 e 8 de junho de 2008, o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais traz as diretrizes e ações para a elaboração de Políticas Públicas voltadas para esse segmento, mobilizando o Poder Público e a Sociedade Civil Organizada na consolidação de um pacto democrático. A elaboração do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais tem como base as diretrizes e preceitos éticos e políticos que visam à garantia dos direitos e do exercício pleno da cidadania. Garantir os recortes de gênero, orientação sexual, raça/etnia, origem social, procedência, nacionalidade, atuação profissional, religião, faixa etária, situação migratória, especificidades regionais, particularidades da pessoa com deficiência, é uma preocupação que perpassa todo o Plano e será levada em conta na implementação de todas as suas ações (Brasil, 2009, p.9).

Para além dos aspectos históricos e legais, subsidiam a continuidade destas reflexões, em futuros estudos e publicações os trabalhos de Sedgwick (1993), Lopes (2002), Louro (2004), Rodrigues (2004), Naphy (2006) e, ainda, estudos mais recentes como os de Fazzano et al. (2020), Silva et al. (2021) e Da Cunha Pontes; Marinho Galindo (2022).

4 CONCLUSÃO

Não são explícitos e fáceis de se localizar em levantamento bibliográfico sobre um determinado movimento em gênero e sexualidade no interior da busca e identificação de modo mais amplo nos movimentos sociais educativos ou que possa se caracterizar ou se identificar como MSEGS, ou seja, identificar no histórico dos movimentos sociais, desde a década dos anos 1970, os movimentos sociais em gênero e sexualidade (nos moldes da educação sexual), mais amplos e abrangentes, sejam nos temas do feminismo, da homossexualidade masculina ou movimento LGBTQIA+ ou outras siglas é um trabalho investigativo árduo e de muito fôlego para o pesquisador/a. Semelhantemente, também não é fácil se detectar, principalmente, a conexão ou as conexões dos movimentos sociais da sexualidade com a formação docente para a escola e a formação de educadores sexuais para os espaços fora da escola, sejam para as ações nas atuais organizações sociais ou nos históricos e mais recentes partidos políticos brasileiros. Isso, algo que a presente investigação precisa dar continuidade, numa nova problemática geral que se proponha perguntar, por exemplo: qual contribuição os movimentos sociais ou o movimento social em sexualidade “x” que promove a formação docente em educação sexual e a formação de educadores sexuais para os espaços formais e não formais?

Reforça-se que há uma dificuldade de alinhar as duas partes constituintes, quais sejam: 1) o referencial sobre movimentos sociais (e, talvez, educação popular) e 2) o histórico dos movimentos feministas e LGBT, incluindo a temática da homossexualidade masculina sob a sigla LGBT ou LGBTQIA+ na identificação dos MSEGS dentro do MSEGS.

Para concluir, mas sem esquecer que é preciso resgatar o histórico destes movimentos e potencializar o estado atual dos mesmos, os movimentos sociais educativos em gênero e sexualidade (MSEGS) têm muito a contribuir para o currículo da educação sexual que forma professores(as) e educadores sexuais, justamente, por suas três dimensões fundamentais, apontadas por Gohn: a primeira, a organização política, a segunda, a dimensão da cultura política e, por fim, a terceira dimensão que é espacial e temporal, ou seja, possui uma trajetória

e aponta tendências de ação, tomadas de decisões para o presente e o futuro. Cabe, agora, para as continuidades dessa investigação, delimitar essas três características em ambos os movimentos e nos MSGS dentro desses movimentos mais amplo e avançar para novos outros movimentos, criando categorias e amplificando suas individualidades, enfoques e lutas ppr direitos, que abordem gênero e as diversas sexualidades ao promover visibilidade e, em especial, a visibilidade do impacto positivo de políticas públicas que tensionem a formação de professores(a) e de educadores/as sexuais, no Brasil.

Não foi utilizada nenhuma IA generativa para construção do texto, quadros, referências etc.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Miguel Vale de. Antropologia e sexualidade: consensos e conflitos teóricos em perspectiva histórica. In: FONSECA, Ligia.; C. SOARES.; VAZ, Julio Machado. (orgs.). *A sexologia: perspectiva multidisciplinar*. Coimbra: Quarteto, volume II, 2003, p. 5-72.

BRASIL, Secretaria Especial dos Direitos Humanos Presidência da República. *Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais*. Brasília: SEDH, 2009.

DA CUNHA PONTES, Joanna Luiza.; MARINHO GALINDO, Wedna Cristina. Oficinas com população LGBT sobre cuidado em saúde: experiência como psicóloga residente. *Revista Periódicus, [S. l.]*, v. 1, n. 17, p. 257–282, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/38921>.

Acesso em: 06 abr. 2025.

FACCHINI, Regina; FRANÇA, Isadora Lins. De cores e matizes: sujeitos, conexões e desafios no Movimento LGBT brasileiro. *Sexualidad, Salud y Sociedad – Revista Lationamericana*, n. 3, 2009. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/SexualidadSaludySociedad/article/view/41>.

Acesso em: 06 abr. 2025.

FACCHINI, Regina.; CARMO, Íris Nery do.; LIMA, Stephanie Pereira. Movimentos Feminista, Negro e LGBTI no Brasil: sujeitos, teias e enquadramentos. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 41, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/KkBXLLPzyYtPn5FHgk3kMLC> . Acesso em: 06 abr. 2025.

FERNANDES, Marisa. Ações Lésbicas. In: GREEN, James N. et. al. *História do Movimento LGBT no Brasil*. Alameda Ed. São Paulo, 2018.

FACCHINI, Regina.; SIMÕES, Julio Assis. *Na trilha do arco-íris: Do homossexual ao movimento LGBT*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

FAZZANO, Leandro Herkert *et al.* Análise do comportamento e população LGBT: revisão das produções de pós-graduação no Brasil. *Perspectivas em Análise do Comportamento*, v. 11, n. 1, p. 52–62, 2020. Disponível em: <https://revistaperspectivas.emnuvens.com.br/perspectivas/article/view/640> . Acesso em: 06 abr. 2025.

FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, Dominique. Movimentos Feministas. In: HIRATA, Helena, et al.. (orgs.). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Unesp; 2009. p. 144-149.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. *Movimentos sociais e educação*. São Paulo: Cortez, 2012.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. *Teoria dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Loyola, 1997.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. *Sociologia dos Movimentos Sociais*. Questões da nossa época, volume 47. 2.^a ed. São Paulo, Cortez, 2014.

HILÁRIO, Ervivan. et al. *Hasteemos a bandeira colorida: diversidade sexual e de gênero no Brasil*. Expressão Popular, 2022.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de. *Explosão feminista: arte, cultura, política e universidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

LOPES, Denilson. *O homem que amava rapazes e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2002.

LOURO, Guacira Louro. *Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

LOPES, José Sérgio Leite.; HEREDIA, Beatriz Maria Alasia de. (orgs.). *Movimentos sociais e esfera pública: burocracias, confrontos, aprendizados inesperados*. Rio de Janeiro: CBAE, 2014.

MARIANO, Alessandro et al. *LGBT Sem Terra: rompendo cercas e tecendo a liberdade*. Editora LGBT, 2021.

NAPHY, William. *Born to be gay*. História da homossexualidade. Tradução ARAÚJO, Jaime. Lisboa: Edições 70, 2006.

PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma História do Feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; 2003.

RODRIGUES, Humberto. *O Amor Entre Iguais*. São Paulo: Mytos, 2004.

SEDGWICK, Eve K. Epistemology of the closet. In: ABELOVE, Henry et alli. *The lesbian and gay studies reader*. New York/London: Routledge, 1993.

SILVA, Danuzio Weliton Gomes da; CASTRO, Gustavo Henrique Carvalho de; SIQUEIRA, SOARES, Marcus Vinicius. Ativismo LGBT organizacional: debate e agenda de pesquisa. *Revista Eletrônica de Ciência Administrativa*, [S.l.], v. 20, n. 3, p. 434-462, set. 2021. ISSN 1677-7387. Disponível em: <https://periodicosibepes.org.br/index.php/recadm/article/view/3305> . Acesso em: 06 abr. 2025.

VANCE, Carole S. A Antropologia redescobre a sexualidade: um comentário teórico. *Physis – Revista de Saúde Coletiva*. Volume 5, Número 1, p. 7-31, 1995. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/gSFcxvBJCrLb5qLJMxpTpCS/> . Acesso em: 06 abr. 2025.